
Mulheres emparedadas e seus espaços de memória

As mulheres ou os silêncios da história.

PERROT, Michelle. Trad. Viviane Ribeiro.

São Paulo: Edusc, 2005. 519 p.

Trata-se de uma obra interessantíssima, composta de cinco partes em 23 capítulos, baseados em estudos publicados anteriormente, pela própria autora e por outros pesquisadores

que se debruçaram sobre questões atinentes à mulher, como Michel Foucault e das várias correntes do feminismo. A autora discorre sobre os espaços de memória ocupados pela mulher ao longo da história e seus emparedamentos. Mesmo silenciada, a mulher conseguiu registrar experiências onde lhe era permitido, restritas, evidentemente, ao espaço doméstico, ao privado. Esse espaço, paradoxalmente, vem a ser o grande celeiro de sua própria libertação. É o que vamos tentar colocar aqui.

Na Introdução, Michelle Perrot faz uma espécie de arqueologia de todo o processo de resistência trilhado pela mulher, passando por várias fases, até chegar ao feminismo, na década

de 60 do século passado. A Parte I da obra, chamada de "Traços", é composta de quatro capítulos e centra-se nas correspondências das filhas de Karl Marx e nos diários da jovem Caroline Brame, que viveu em Paris entre 1847 e 1892. A autora detecta o pouco espaço dispensado à mulher na narrativa histórica tradicional, muito mais comprometida com a cena pública, com a guerra e a política, ainda que a República francesa tenha dedicado a ela parte do seu acervo iconográfico com estátuas de silhueta feminina.

Como o registro histórico sempre privilegiou os eventos acontecidos na esfera pública e a mulher ficou reduzida ao espaço privado, ela nunca foi chamada a fazer parte da cena histórica e teve de desenvolver estratégias de sobrevivência naquilo que lhe restou: o lar. Por isso, a memória do privado coube à mulher. Era ela quem cultuava os mortos e suas tumbas, sendo a forma de comunicação dominante a oralidade, passada, geralmente, de mãe para filha. Mas muita coisa se perdeu devido a mudanças de casa, ao desprezo por se tratar de mulher e ao embaraço pelo conteúdo legado. As cartas deixadas pelas filhas de Karl Marx, por exemplo, foram quase todas extraviadas, uma vez que emitem juízos sobre as manias e fraquezas do pai do materialismo dialético. O mesmo não aconteceu, por exemplo, em relação às cartas de Tocqueville trocadas com Gustavo de Beaumont.

Enquanto os homens da burguesia, no século XIX, têm o hábito de colecionar quadros, livros como distinção e sinônimo de suas conquistas econômicas, as mulheres preocupam-se com a roupa branca e os objetos, em uma ânsia de reter suas vidas em "mil nada's": estojos, nos quais guardam "mechas de cabelo, flores secas, jóias de família", e depois fotografias, croquis e cartões-postais de viagens e outras miudezas.

As correspondências têm a possibilidade de diálogo, buscando uma troca. Têm a capacidade de apresentar o que o espetáculo esconde, porque explicitam "as fadigas do herói, suas dúvidas e o seu dia-a-dia" (p. 46). O desenvolvimento da imprensa, por outro lado, trouxe à mulher do século XIX mais um desafio: o domínio da escrita, através de correspondências, cartões-postais e diários, impondo-lhe uma nova forma de memória.

O pai do comunismo, Karl Marx, possuía três filhas: Jenny, Laura e Eleanor. Em 1868, Laura casa com o francês Paul Lafargue, e Jenny, em 1872, desposa Charles Longuet, ativo militante da

Internacional e do King's College de Oxford, e migra para a França. Eleanor, a mais nova, após a morte dos pais e de Jenny, a irmã mais velha, mantém correspondência com Laura. São 69 cartas ávidas por notícias da irmã. Suplica, em 1881, que apenas um cartão-postal lhe seria suficiente, mas logo depois condena a escassa de comunicação através de postal.

A participação dos maridos, nessas correspondências, reduzia-se ao *post-scriptum* quando mandavam notícias ao "Caro Senhor Marx," por exemplo, sobre a Internacional Socialista. São correspondências que têm "um tom de conivência, uma ironia zombeteira que cai bem em uma família tão imbuída de sua superioridade" (p. 47). E ampla admiração e necessidade de estarem à altura das leituras do pai é o que denotam as cartas das filhas a Marx, a quem tratavam como Mestre, Velho Mestre, Mohr, Challey, Old, Nick, entre outras denominações, sempre em sinal de respeito.

Marx possuía convicções bem burguesas em relação às filhas. A mais nova, Eleanor, Tussy, como era carinhosamente chamada, foi impedida de casar com um homem basco, pobre, chamado Lissagoray. "Marx partiu o coração de sua filha e irritava-se com a sua depressão" (p. 50), e ela cometeu suicídio, ingerindo veneno "para cães", em 31 de março de 1898. Eleanor viveu com Edward Aveling, que era separado de uma primeira esposa e nunca teve a aceitação da família desta e, principalmente, do seu pai. Já a figura da esposa de Marx é pouco proeminente, sendo tratada pelas próprias filhas como um tanto *bizarra*, por sua distração e sua ocupação com as agulhas a costurar para as filhas e netos, ainda que, no final da vida, seja vista por elas como terna e dedicada à família.

É interessante destacar que dados que não constam dos manuais de história, nas correspondências, aparecem de forma bem clara e capazes de causar estranheza aos leitores mais atentos, como o comportamento de Marx em relação aos pretendentes das filhas. O casamento de sua filha Laura com Paul Lafargue II, "o Negro", por suas ascendências cubanas, por exemplo, só ocorre depois que a família do noivo lhe dá garantias da boa situação financeira. Em carta de 23 de agosto de 1866, Marx, escrevendo a Engels, afirma: "O pai [Lafargue] escreveu-me de Bordeaux. Ele pediu para seu filho o título de noivo e apresentou-me, do ponto de vista financeiro, condições muito favoráveis". Engels era tão amigo de Marx que chegou, para evitar um escândalo, a perfilhar um filho natural

deste com a criada Helene, sobrinha de sua mulher Lizzie. Com a morte de Lizzie, Helene assume a casa de Engels. Mas Eleanor logo suspeita de que essa "nova formação familiar" seria uma tentativa de controle sobre os escritos de seu pai, Karl Marx.

As correspondências trocadas deixam transparecer as mágoas, as decepções, as dores dessas sensíveis mulheres que, apesar de velarem o socialismo, como colaboradoras, estiveram condicionadas aos papéis a elas destinados: maternidade, partos sucessivos, com corpos cansados e adoecidos. Perrot fala das contradições vividas por essas mulheres que não são capazes de escrever abertamente entre irmãs sobre seus próprios ventres, seus corpos, ainda que a doença ocupe amplo espaço em suas missivas. As irmãs deixam entrever a angústia da vida doméstica em suas cartas, usando essa forma de comunicação para desabafo. Porém, apesar das críticas às condicionantes das mulheres, as herdeiras de Marx não eram feministas. As feministas da época, como Paule Mink, Séverine ou Annie Besant, sofriam repulsa das irmãs.

Eleanor, das três irmãs, foi aquela que mais sofreu com as pressões de uma época, sendo impedida de casar com o homem da sua vida. Após a morte do pai, entretanto, vive em liberdade. Viaja pelos Estados Unidos e Suécia, conhece Aveling, por quem tem forte apego; porém, descobre um casamento secreto deste com uma jovem artista. As dificuldades financeiras sempre presentes, a depressão nervosa no verão de 1881, a segunda crise, em 1882, tudo isso exauriram-lhe as forças, levando-a ao suicídio. Além de Eleanor, Laura também se matou, em 25 de novembro de 1911, com 66 anos, após uma noite de festa, junto a Paul, seu velho companheiro.

O diário, outra forma de comunicação permitida à mulher do século XIX, tende a firmar-se como uma maneira de expressão pessoal e se trata, ao mesmo tempo, de uma agenda, uma vez que não se limita a registrar apenas o que passou, mas também a previsão das atividades futuras, como uma espécie de organização do tempo, tão necessária a um século em que a noção de progresso se instaura.

Caroline Brame (1847-1892) tinha o hábito de escrever em cadernos escolares – 36 ao todo, e depois os encadernou, usando uma flor diferente para identificar os dias. Um desses foi adquirido por Georges Ribeill, companheiro de pesquisa de Perrot, em um mercado de pulgas, e talvez tenha permanecido ali por ter sido

confundido com outros livros por seu capricho de encadernação. No entanto, o que mais chama a atenção no mesmo é a "expressão de um sentimento, de um desejo, o esboço logo abandonado de uma aventura, e o consentimento final ao irremediável destino das mulheres: um casamento arranjado que se procura transformar em uma união escolhida" (p. 90).

A escrita do diário de uma moça do século XIX detém-se em enumerar ocupações do cotidiano, como ir às compras, fazer visitas, freqüentar jantares, etc., sendo o espaço reservado a confissões altamente policiado, de acordo com o que era esperado de uma moça. Não raro, Caroline escreve: "Meu Deus, há neste momento algo que eu desejo" (4.1.1866); "Meu Deus, o que escrever aqui!... Posso abrir meu coração!" (15.1.1866). A decência determina o que dizer até no diário!

Constituiu fator de distinção feminina saber ocupar os dias. Em 1888, circularam anuários como *Le Livre d'Or des Salons*, que prescreviam os ritos a serem seguidos pelas mulheres burguesas com a rotina de visitas, como Caroline relata em seu diário de 21.12.1864: "Dia perfeitamente atordoante [...] Precisei fazer visitas o dia inteiro!". Ela comparava as obrigações sociais às "pesadas cruzes que se deve carregar".

A jovem era muito influenciada pelos preceitos do catolicismo. O século XIX, porém, impõe e justifica a utilidade do trabalho em nome do progresso. "Ainda que a Igreja não tenha realmente elaborado uma teologia do trabalho no século 19, sua mensagem é atravessada pelos novos valores. Ora, o ócio é, naquele momento, um valor contestado. A Igreja o condena assim como os socialistas" (p. 12).

A Parte 2, "Mulheres no trabalho", compõe-se de seis capítulos dedicados a pesquisas que se voltaram ao trabalho das mulheres no século XIX e, principalmente, à incorporação do "gênero" no setor terciário da economia, a partir de então o grande gerador de emprego para as mulheres, principalmente, em seus escritórios. O corpo, ou melhor, o corpo sexuado passa a ser objeto de poder e de desejo nas fábricas daquele século. Ainda que o *droit de cuissage* (direito à primeira noite) nunca tenha constituído uma categoria jurídica real, como sublinhou, com justiça, Alain Boureau, sua representação impregna o imaginário social, o imaginário dos executivos que acreditavam poder tudo. Nessas circunstâncias, as palavras utilizadas em relação à mulher, muitas vezes, reproduzem imagens ainda da era do feudalismo.

Visto como insignificante e complementar à remuneração masculina, o trabalho feminino em fábricas, inferiorizado, estigmatiza a mulher ainda mais porque lhe impõe condições que em nada a dignificam e, ao mesmo tempo, não a amparam na maternidade. As mulheres, enquanto grupo, pouco se envolviam com as greves: entre 1871 e 1890, de 173 reivindicações somente das mulheres, havia a adesão de 5,9% delas. Já em greves mistas há uma adesão maior: em 361 greves, no mesmo período, 12,3% contam com a participação das mulheres. Foram participantes nas passeatas, usando voz e gestos, conseguindo bandeiras, vociferando contra os patrões e até quebrando vidraças. Entretanto, comportavam-se mais como esposas, não havendo, de fato, engajamento sindical.

No cômputo geral, as mulheres militantes do século XIX mais bem organizadas em suas reivindicações eram aquelas que, de alguma forma, estavam vinculadas ao homem trabalhador. Elas podiam ser membros de comissão, oradoras de reuniões ou mesmo responsáveis por sindicatos, mas controladas, podemos dizer, em suas rupturas. Tratava-se, nesse caso, de uma insubordinação a partir da ética do homem. A sociologia profissional das greves femininas, ligadas à indústria da seda e ao grupo têxtil-vestuário, vincula-se ao protestantismo e ao radicalismo, sendo vistas, muitas vezes, pela própria mulher, como uma forma de ela ser mais livre e falar mais claramente sobre suas demandas, encontrando apoio, assim, nos republicanos locais.

Em 1886, em Lyon, a greve geral apresenta-se apoiada nos dois sexos solidários, tendo as picadoras da Casa Calle-Mouco adesão do sindicato dos sapateiros, de tendência anarquista. Porém, o mais importante movimento de greve foi aquele desencadeado em 1889, em Fougères, quando as picadoras param por melhores salários, enquanto os homens aderem ao movimento não porque estivessem insatisfeitos com seus próprios salários, mas antes por solidariedade ao grupo feminino trabalhador da Casa Haussaye, da área da produção de sapatos.

Entre 1874 e 1890 vários conflitos ocorreram, como nos "conventos de seda", somente para moças, mantidos por religiosas; na Casa Pochay-Bruny, em Paviot (Isère); em internatos destinados às moças solteiras; e nas "casernas" para os casais operários. As trabalhadoras das manufaturas do tabaco, por outro lado, gozavam de relativas vantagens, uma vez que ter o Estado como patrão significava garantia de alguns direitos, como a

aposentadoria por tempo de serviço.

Na Exposição Universal de 1867, um delegado operário assume a seguinte fala, refletindo o modo de pensar da época: "O destino da mulher é a família e a costura [...]. Ao homem, a madeira e os metais, à mulher, a família e os tecidos". Essa divisão dos papéis sexuais impunha, para ela, um modelo a ser seguido tanto na esfera pública quanto na privada.

A Parte 3, "Mulheres na cidade", é composta de cinco capítulos, em que são tratadas questões relativas à mulher, procurando fazer uma diferença entre o político e o jurídico, enquanto instâncias do poder. Assim, as esferas do público e do privado amparam-se na questão do poder e refletem, antes, a relação entre os sexos, em suas divisões de papéis, de tarefas, de espaços. No século XIX, a distinção entre o público e o privado, bem como a higienização, constituem formas de poder que se imiscuem em uma rede tentacular do controle. Logo, o lugar do poder não está somente na mão do Estado, mas se espalha no corpo social sem que se possa estabelecer o seu limite, como já dizia Michel Foucault.

Nessa dimensão do poder, encontram-se, de forma transversal, as relações entre os sexos, determinadas não somente pelo gênero: "construção sociocultural, produto das relações sociais desenvolvidas no tempo e que se pode, conseqüentemente, desconstruir" (p. 264). Michelet exclama: "as mulheres: que força!" Tal o poder difuso e eficaz que elas detêm sobre os costumes. A elas sempre foi atribuído o enigmático: "A Mulher é a Outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga" (p. 265). Assim, o sentimento de alteridade feminina reforça-se no século XIX, principalmente pelo impulso contínuo exercido pela ampliação de seu domínio, sendo o movimento feminista somente uma conseqüência de todo um processo, ainda que, em certo sentido, a República promova uma regressão aos direitos femininos já conquistados no Antigo Regime.

É preciso destacar que o "exercício do poder" não ocorre em uma cartografia prévia, pois tanto homens quanto mulheres "negociam" seus limites de ação. Inegavelmente, a Igreja promoveu a mulher, através da figura da Virgem Maria, fortalecendo "uma forte consciência de gênero" (p. 272). Se, por um lado, impõe uma resignação, uma renúncia à mulher, por outro, lhe atribui poder, dignidade e a necessidade da fidelidade masculina às suas esposas. Constitui-se, dessa forma, uma exaltação da diferença feminina, mas, ao mesmo tempo, a promoção

de “guardiãs do patriarcalismo”. A escola laica da Revolução também promove a inserção da mulher como professora primária e secundária, sendo uma senda para o feminismo.

As mulheres do século XIX exercem o poder “possível”. Muitas delas são mães “abusivas”, que se valem da tirania sobre uma linhagem, seus empregados e, muitas vezes, nas classes populares, sobre os maridos, que lhes entregam todo o salário e são controlados por elas em suas ações. A hegemonia feminina, então, ocorre do espaço privado para o público. Baudrillard, em *De la séduction*, fala acerca do poder exercido pela mulher através de seu corpo e da ascendência deste sobre o casal. O poder das mulheres *last but not least*, isto é, último mas não menos importante, mantém-se em uma intrincada rede de contrapoderes. Paradoxalmente, o contrapoder exercido pela mulher no espaço doméstico, restrito, foi aquele que lhe entreabriu o espaço público, por meio da filantropia religiosa. Então, dialeticamente, o privado faz parte do público e o religioso também do secular. Dessa forma, justifica-se o “slogan” feminista de que o “privado é público”.

George Sand escreve em 1848: “Como os costumes chegaram a este ponto em que a mulher reina na maior número de famílias, e que há abuso desta autoridade conquistada pela habilidade, pela tenacidade e pela astúcia, não há nada a temer que a lei se encontre à frente dos costumes. Ao contrário, para mim, ela se encontra atrasada em relação a eles” (p. 278). Assim, a mulher do século XIX, socialmente, era autoridade na família, mas, juridicamente, não, uma vez que era impedida de votar e não dispunha de outros direitos de cidadã. E a filantropia burguesa tira a mulher de sua casa para “visitar os pobres, os prisioneiros, os doentes. Traçava, na cidade, itinerários permitidos e abençoados. A ampliação dos problemas sociais, no século XIX, transforma este hábito em exigência” (p. 280).

É importante destacar que a filantropia, a princípio, reduzia-se à classe do lazer, isto é, às burguesas, entretanto, amplia-se para as classes médias, que se encarregam de divulgar preceitos da economia doméstica liberal, via caridade. Para Carol Smith-Rosenberg, as *New Women* de 1880-1890 são as filhas das *New Bourgeoises Matrons* das décadas de 1850-1880. Isto é, a filantropia deu uma espécie de “consciência de gênero” às mulheres, sendo, muitas vezes, uma “consciência feminina”.

A Parte 4, “Figuras”, em dois capítulos, trata de duas figuras importantes, que, apesar de

mulheres, não se deixaram calar diante das imposições de uma época. São elas Flora Tristan e George Sand, que se aproximam em vários de seus traços: revolta acerca da condição da mulher, reivindicação de uma justiça social que levasse em conta a condição operária e a reivindicação de uma ética na política. A história das mulheres foi escrita a partir da voz de pioneiras, que ansiavam quebrar o silêncio. Elas podem ser flagradas, em seus percursos, através de retratos, biografias, nesse caminho de mudez.

Quando Flora Tristan publica *Promenades dans Londres (Passeios em Londres)*, em 1840, a pesquisa social torna-se corrente tanto na França quanto na Grã-Bretanha. “Para governar o corpo social, é preciso conhecê-lo; para conhecê-lo é preciso estudá-lo em seu conjunto; conhecer sua origem, sua história, sua população, seu território, seus costumes, seu espírito, sua força, sua riqueza” (p. 365). Flora Tristan encarna essa tendência e escreve em suas *Promenades...* sobre a importância da pesquisa de campo: “O papel importante que a Inglaterra desempenha nos faz desejar conhecê-la” (p. 366). Além das *Promenades dans Londres*, Flora deixou anotações, na forma de diário de viagem, para um livro que se chamaria *Le Tour de France*, produto de um périplo por diversas cidades no Sul da França com o objetivo de traçar uma radiografia da classe operária em seu “aspecto moral, intelectual e material”. Tal livro só foi publicado em 1973.

George Sand, por sua vez, representa uma resistência pouco vista, em uma época em que a mulher aparecia como mero complemento na cena social. Figuras como Guizot e Tocqueville viam a política como coisa para homem. O último, em suas lembranças de 1848, dizia: “Eu detesto as mulheres que escrevem, sobretudo aquelas que disfarçam as fraquezas de seu sexo num sistema” (p. 382). Entretanto, George Sand constituía uma exceção a essa avaliação preconceituosa desse revolucionário, o que a deixava bastante lisonjeada. George Sand viveu entre 1804 e 1876 e participou de parte do périplo percorrido pela Revolução Francesa. Desde 1830, ainda como Aurore Dudevant, assumiu-se como republicana. Em 1840, torna-se socialista.

A Parte 5 e última da obra, “Debates”, é composta de seis capítulos e versa sobre vários temas, que encerram cada um deles a visão de conjunto, isto é, a questão da mulher, a teoria das esferas do público e do privado, a construção da identidade feminina à luz do social, do biológico, além de uma retrospectiva feita por Perrot da presença da mulher nos séculos XIX e

XX. Perrot, que trata dos percalços da mulher, suas indefinições, bem como das estratégias utilizadas para ocupar as franjas do poder, fala da certeza de que a mulher, ou melhor, o segundo sexo, ocupou na história do Ocidente um papel suplementar, em uma arena dominada pelo homem, detentor do poder, do espaço público, portanto.

Os *Women's films* centram-se na representação das mulheres em filmes de Hollywood, que encarnam, com várias desditas, as agruras da dona-de-casa e mãe sempre com um *happy end* marcado pela felicidade. Betty Friedan, em seu livro *The Feminine Mystique*, de 1963, insurgira-se contra esse *feminine mystique*, sendo tal obra considerada, por isso, um marco teórico do feminismo norte-americano. Não se pode esquecer, entretanto, que o *Segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, foi publicado em 1949!

Ainda são publicadas, no século XX, nos Estados Unidos, obras sobre a esfera privada da mulher e seu grau de influência. Entre elas, destacam-se *Public Man* e *Private Woman*, de Jean Bethke Elshtain, ou as teses de Carol Gilligan em *A Different Voice: Women's Conceptions of Self and Morality*, de 1977. A década de 1970, com o seu feminismo radical, foi às últimas conseqüências com o feminismo lésbico e homossexual em geral. O feminismo culturalista dos anos 1980, na Itália, também segue essa linha, ainda que seja via criação literária, com Hélène Cixous e Mônica Wittig ou com a pesquisa psicanalítica de Luce Irigaray.

No início de sua produção intelectual, Michel Foucault não se preocupou com a questão das mulheres, ou mesmo com a diferença entre os sexos. Entretanto, obras como *História da loucura*, *Nascimento da clínica*, *Dito e escrito*, entre outras, foram utilizadas em grande número de pesquisas envolvendo mulher e diferença entre os sexos. Os Estados Unidos mantêm a discussão em torno dos *Women's Studies* e dos *Gender Studies*. Os estudos baseados nos pós-estruturalistas e aplicados aos estudos de gênero são mais de natureza teórica do que histórica. Mesmo na França, é possível encontrar estudos entre filósofos, além de Foucault, como Deleuze,

Guattari. Entre as mulheres, podemos citar os trabalhos de Lois Mac Nay, *Foucault and Feminism* (1992), ou de Caroline Ramazonaglu, *Up Against Foucault* (1993), e Sandra Borkty, Suzan Bordo, Irene Diamond ou Nancy Hartsock.

Uma obra importante na linha de Michel Foucault é a de Thomas Laqueur *Making Sex. Body and Gender From the Greeks to Freud*, publicada em 1990. Ele defende a idéia de que a diferença sexual deve-se menos à biologia do que à política e à cultura. Passamos de uma concepção monista (século XVI a XVIII), com um único gênero e duas modalidades, para a dualista, a partir do século XIX. A dualista, por seu turno, defende que há dois sexos, dotados de identidade física e moral, e que esses dois sexos têm uma suposta justificativa na biologia, capaz de transformar o discurso naturalista em divisão sexual da sociedade e um determinado modo de ver o mundo, que legitima e delimita as esferas do público e do privado. Em sua crítica à modernidade, afirma que não há objetivos naturais, mas constituídos discursivamente em sociedade. Nesse sentido, tanto a mulher quanto o homem não existem, daí a recusa à "eternidade de uma sexualidade feminina", essencialista e universal.

Portanto, a obra *As mulheres ou os silêncios da história*, de Michelle Perrot, rastreia os vários recursos de silenciamento impostos à voz feminina na história do Ocidente. Entretanto, apesar de restrita à esfera privada, conseguiu articular-se a partir do que lhe foi reservado, isto é, o doméstico, a filantropia e a própria Igreja. Esses espaços definidos de socialização, quando tensionados, constituíram fator de *engendramento* para o domínio público posterior, muito devido à contribuição de figuras como George Sand e Flora Tristan na França do século XIX. E os estudos feministas, em suas várias correntes, propõem uma clivagem na forma de organizar o político, porque "o privado é político".

Sandra Sacramento ■
Universidade Estadual de Santa Cruz,
Ilhéus, BA